



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
Diretoria de Administração
Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação
Divisão de Infraestrutura Tecnológica

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 101/2022-DTEC/CTI/DIRAD

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Aquisição de subscrição de licença de software de uso específico para análise e elaboração de orçamento de obras, visando atender as necessidades da SUDAM, conforme especificações técnicas mínimas definidas.

1.2. Para a presente contratação, sugere-se a adoção da Dispensa Eletrônica em razão do valor global do objeto se enquadrar no Art. 75, Inc. II da Lei nº 14.133/2021, a partir do valor da estimativa de preço da contratação, definida e demonstrada no item 13 deste documento.

1.3. **O critério de julgamento adotado será o menor preço**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4. Considerando a baixa complexidade do objeto, a simplicidade do seu modelo de execução e considerando o disposto no § 1º, do Art. 1º da IN SGD/ME nº 1/2019, a referida instrução normativa não será aplicada a este documento de referência, assim como também não serão elaborados os documentos facultativos constantes do inciso I, do Art. 5º, da IN SEGES/ME nº 67/2021.

1.5. Salienta-se que, no presente exercício financeiro, até o momento, não houve a contratação de bens/serviços de mesma natureza, estando o presente objeto, portanto, de acordo com o Art. 75, §1º e seus incisos, da Lei nº 14.133/2021.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.1. Bens e serviços que compõe a solução:

Item	Descrição/Especificação Técnica	CATSER	Unidade de Medida	Quantidade
01	<p>Software de orçamento de obras e serviços de Engenharia</p> <p>Subscrição de licença de <i>software</i> pelo período de 36 (trinta e seis) meses, em última versão, em idioma português do Brasil, com as seguintes funcionalidades:</p> <ul style="list-style-type: none">- Relatórios em PDF e XLS;- BDI Diferenciado nos itens do orçamento;- Elaboração de Cronograma Físico-Financeiro;- Curva ABC;- União de Orçamentos;- Importação de planilhas Excel;- Comparação entre Orçamentos;- Edição simultânea de orçamentos por mais de 1 usuário;- Acesso, no mínimo, as seguintes fontes: <ul style="list-style-type: none">• SINAPI• SICRO NOVO• SEDOP/PA• SBC/PA <p>- Pesquisa de Insumos e Composições;</p> <p>- Criação de Insumos e Composições próprias;</p> <p>- Composições de Produção de Equipe Mecânica;</p> <p>- Ajuste de Valores de Insumos;</p> <p>- Desconto por grupo de Insumos;</p> <p>- Troca de Insumos e Serviços entre as fontes/tabelas;</p> <p>- Múltiplas versões da mesma fonte no orçamento;</p> <p>- Criação de Memória de Cálculo;</p> <p>- Gerenciamento de Memorial Descritivo;</p> <p>- Enviar/Receber cópia do orçamento para outro usuário;</p> <p>- Configuração de arredondamento e casas decimais;</p> <p>- Copiar configurações e ajustes de outro orçamento;</p> <p>- Personalizar campos do cabeçalho do Orçamento;</p> <p>- Acesso a, no mínimo, 3 usuários simultâneos.</p>	27502	licença	1

Tabela 1

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO

3.0.1. Em atendimento ao Decreto nº 7.983/2013, a presente contratação se justifica pela necessidade de aquisição de uma solução de *software* para elaboração de orçamento de referências de obras e serviços de engenharia, contratados e executados com recursos do orçamento da União, tendo como base as tabelas SINAPI e SICRO, dentre outras tabelas referenciais formalmente aprovadas - caso haja inviabilidade de definição de custos por meio das tabelas SINAPI e SICRO.

3.0.2. A aquisição desta solução permitirá maior agilidade na elaboração de planilhas orçamentárias, suas atualizações, bem como a emissão de relatórios gerenciais com composições de custo, curva ABC de insumos e serviços, de custo de mão de obra e outros, permitindo uma melhor análise para o preço final de obras e contribuindo para o ganho de produtividade da área técnica com o uso da ferramenta, uma vez que desonera as equipes da realização de tarefas essencialmente operacionais de extração de dados e elaboração dos relatórios.

3.0.3. Para o Setor de Engenharia da SUDAM, representa fundamental auxílio e incremento no desempenho das suas atividades cotidianas, que envolve a elaboração de planilhas orçamentárias para licitações e o acompanhamento de obras em execução.

3.0.4. A solução é comercializada pelo fabricante com licenciamento na forma de subscrição (assinatura) de licença por período definido, quando são garantidas as atualizações de versões dos aplicativos componentes da solução.

3.1. Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

Alinhamento ao Planejamento Estratégico Institucional	
ID	Objetivo Estratégico
OE10	Prover Soluções de Tecnologia da Informação.

Tabela 2

Alinhamento ao PDTIC 2021/2022			
ID	Necessidade prevista no PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
N3	Modernização a infraestrutura física e lógica da SUDAM	M4	Modernizar a infraestrutura física e lógica da SUDAM

Tabela 3

3.1.1. Alinhamento ao PAC 2022

3.1.1.1. O Plano Anual de Contratações (PAC/2022) prevê nos itens 61 e 127 a contratação dos objetos descritos na Tabela 4 (abaixo):

Item do PAC	Descrição
127	Serviço de licença pelo uso de software (Orçamento Obras)

Tabela 4

4. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

4.1. A solução (subscrição de licença de software de uso específico) a ser contratada se enquadra na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único, do Art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, considerando-se como bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, como disposto neste Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo de entrega para a subscrição de licença será de no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou emissão de Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens, em remessa única.

5.2. Considerando a natureza do objeto, sua entrega deverá ocorrer através de meio eletrônico, com disponibilização de link para download da solução, além de fornecimento de dados da subscrição de licença, informações de licenciamento e demais documentos pertinentes através do endereço eletrônico cti@sudam.gov.br.

5.3. Em função da simplicidade do objeto, subscrição de licença pelo uso de software, será realizado apenas o seu recebimento definitivo, o que ocorrerá no prazo de até 3 (três) dias úteis contados do recebimento da correspondência eletrônica definida no subitem 5.2 acima, após a verificação da sua conformidade com a especificação definida neste instrumento.

5.4. Na hipótese da verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.5. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.6. A CONTRATADA deverá emitir e apresentar, após o recebimento definitivo do objeto pela CTI/SUDAM, nota fiscal/fatura de serviços, emitida e entregue à equipe responsável pela fiscalização do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

5.7. A substituição de produtos que apresentarem não conformidade será por outro em estreita conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência, sem custo adicional para o CONTRATANTE.

6. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

- 6.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do instrumento contratual para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 6.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço/Fornecimento de Bens ou de Nota de Empenho, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 6.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 6.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 6.5. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 6.6. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 6.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. DEVERES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

- 7.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
 - 7.1.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
 - 7.1.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
 - 7.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
 - 7.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
 - 7.1.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
 - 7.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 8.1. A vedação de subcontratação justifica-se pelo fato de que se trata da aquisição de softwares que serão entregues pela CONTRATADA já integrados, definitivos e efetivamente operacionais, não necessitando da intervenção ou complementação de outros atores.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 10.1. Nos termos do Art. 7 da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, que será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados, em conformidade com o Art. 119 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.3. O representante da CONTRATANTE anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:
 - 11.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 11.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 11.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou
 - 11.1.5. Cometer fraude fiscal.
- 11.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 11.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 11.2.2. Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - 11.2.3. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 11.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

- 11.2.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 11.2.6. Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 11.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 7.1 deste Termo de Referência.
- 11.2.7. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes;
- 11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 11.4. Também ficam sujeitas às penalidades do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, as empresas ou profissionais que:
- 11.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 11.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 11.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 11.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784/99.
- 11.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 11.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 11.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 11.9. O contrato poderá ser rescindido na forma e situações previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.
- 11.10. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DO PAGAMENTO

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 12.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.
- 12.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.
- 12.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.5. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.7. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no Art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.9. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, sendo assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.10.1. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 12.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:	
I = (TX)	I = (6/100) / 365
I = 0,00016438	TX = Percentual da taxa anual = 6%

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

13.1. A estimativa de preço tem a única e específica finalidade de subsidiar os licitantes na confecção de sua proposta, representando apenas valor máximo que a SUDAM admite pagar pelos materiais. As licitantes são as únicas responsáveis por valorar os produtos e serviços ofertados, pelas suas descrições e demais informações disponíveis, capazes de propiciar todas as condições necessárias e suficientes à formulação de sua proposta.

13.2. A pesquisa para definir a estimativa de preços para cada item foi realizada com base na Instrução Normativa n° 65, de 7 de julho de 2021.

13.2.1. O detalhamento da pesquisa de preços encontra-se disponível nos documentos SEI n° 0449708 e 0449709, cujo quadro consolidado é demonstrado na tabela abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Coefficiente de Variação (%)	Metodologia	Preço de Referência (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Software de orçamento e gestão de obras (subscrição por 36 meses)	1	9,77%	Mediana	7.692,00	7.692,00
TOTAL ESTIMADO (R\$)						7.692,00

Tabela 5 - Pesquisa de Preços

13.3. Isto posto, informamos que a estimativa global de preço da presente contratação é da ordem de R\$ 7.692,00 (sete mil, seiscentos e noventa e dois reais).

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Fonte de Recursos	A ser posteriormente informada pela Unidade Financeira
Programa de Trabalho	A ser posteriormente informada pela Unidade Financeira
Plano Orçamentário	0003 - Tecnologia da Informação e Modernização da Gestão Organizacional
Natureza da despesa	3.3.90.30.17

Tabela 6

15. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

15.1. O contrato resultante da presente licitação, terá vigência de 26 (vinte e seis) meses, contados da sua assinatura.

16. DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme disposto no Art. 125 da Lei nº 14.133/2021, desde que não ultrapasse o limite da modalidade, previsto no inciso II, Art. nº 75, da nova LCC.

17. DO REAJUSTE

17.1. Por ser tratar de aquisição com pagamento em parcela única, não há possibilidade de reajuste contratual.

18. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, observadas as exigências contidas no Art. 34 da Lei nº 14.133/2021 e neste Termo de Referência, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos quanto às especificações do objeto.

18.2. Modalidade da Licitação

18.2.1. Dispensa Eletrônica, em razão do valor da estimativa de preço da contratação se enquadrar no Art. 75, Inc. II da Lei nº 14.133/2021.

18.3. Apresentação da Proposta Técnica

18.3.1. A proponente deverá, de acordo com o objeto deste Termo de Referência, consignar o valor unitário e total do(s) item(ns) de sua proposta através de planilha de preços.

18.3.2. Nos preços cotados pela proponente, deverão estar inclusas todas as despesas legais incidentes (impostos, taxas, fretes, mão-de-obra, entrega e outros insumos que os compõe), nada sendo lícito pleitear a SUDAM posteriormente a esse título.

- 18.3.3. As propostas deverão ser apresentadas com prazo mínimo de validade de 30 (trinta) dias.
- 18.3.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação, por parte da licitante, de todas as condições estabelecidas no presente Termo.
- 18.3.5. A proposta da licitante deverá conter a especificação clara e completa dos itens a serem fornecidos, obedecida a mesma ordem constante neste Termo de Referência.
- 18.3.6. Somente serão admitidas as propostas que atenderem plenamente às especificações constantes deste Termo de Referência. Portanto, quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos, não serão aceitos os materiais que forem considerados inferiores pelo requisitante e pela área técnica da SUDAM.

19. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

19.1. **Aprovação**

19.1.1. A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo Diretor da Diretoria de Administração da SUDAM, através da anuência e assinatura no Documento de Oficialização de Demanda, disponível em 0446363.

Equipamento de Planejamento da Contratação		
Integrante Requisitante	Integrante Técnico	Integrante Administrativo
Gilberto Gomes da Silveira Coordenador da CTI, substituto SIAPE 1084684	Charles Cleiton Dias Barbosa Agente Administrativo SIAPE 2173671	Evandro Kouji da Silva Torii Analista de Sistemas SIAPE 1606685

Autoridade Máxima da Área de TIC

Josemar Figueira de Souza
Coordenador da CTI, substituto

Autoridade Competente

Rogério Matos dos Santos
Diretor de Administração



Documento assinado eletronicamente por **Charles Cleiton Dias Barbosa**, **Integrante técnico**, em 05/08/2022, às 13:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Gomes da Silveira**, **Integrante requisitante**, em 05/08/2022, às 13:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Josemar Figueira de Souza**, **Coordenador Substituto(a)**, em 05/08/2022, às 13:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Kouji da Silva Torii**, **Integrante administrativo**, em 05/08/2022, às 14:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Matos dos Santos**, **Diretor**, em 05/08/2022, às 16:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0447336** e o código CRC **917440B0**.